



ABERTURA POLÍTICA NA DITADURA MILITAR

ACR

**ANA LUÍSA COUTO
CLARA PERALVA
EDUARDO FONSECA
EDUARDO SALLES
THALYTA ÁVILA**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
ANTECEDENTES	3
1.1 PLANO TRIENAL (1962)	4
1.2 LIGAS CAMPONESAS (1955-1964)	4
1.3 GREVES DO CGT (COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES)	5
1.4 MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS E PELA LIBERDADE	6
1.5 GUERRA FRIA	6
1.6 INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE PRÉ-GOLPE	6
1.7 GOLPE CIVIL-MILITAR (31.03.1964)	7
2. PARTIDOS	7
2.1 ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL	7
2.2 MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	8
3. GOVERNOS	8
3.1 HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO (1964-67)	8
3.2 ARTHUR DA COSTA E SILVA (1967-69)	10
3.3 EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-74)	11
4. AÇÕES E REAÇÕES	12
4.1 APOIO DA MÍDIA	12
4.2 VOX POPULI	13
5. ATOS INSTITUCIONAIS	14
5.1 AI-1 (09.04.1964)	14
5.2 AI-2 (27.10.1965)	15
5.3 AI-3 (5.02.1966)	15
5.4 AI-4 (12.12.1966)	15
5.5 AI-5 (13.12.1968)	16
5.5.1 CONSEQUÊNCIAS DO AI-5	16
6. O ALTO COMISSARIADO DA REPÚBLICA	17
7. REPRESENTAÇÕES	17
7.1 AUGUSTO RADEMAKER	17
7.2 BARBOSA LIMA	18
7.3 CARLOS ALBERTO B. USTRA	18
7.4 CHICO XAVIER	18
7.5 D. SERAFIM FERNANDES DE ARAÚJO	19
7.6 ELIS REGINA	19
7.7 EMÍLIO MÉDICI	19
7.8 ERNÂNI DO AMARAL PEIXOTO	20

7.9 ERNESTO GEISEL	20
7.10 FILINTO MÜLER	20
7.11 FRANCO MONTORO	21
7.12 GILBERTO FREYRE	21
7.13 GOLBERY DO COUTO E SILVA	21
7.14 INÊS ETIENNE ROMEU	22
7.15 JARBAS PASSARINHO	22
7.16 JOÃO BATISTA FIGUEIREDO	22
7.17 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	23
7.18 MARCOS FREIRE	24
7.19 PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO	24
7.20 PAULO SALIM MALUF	24
7.21 RITA LEE	25
7.22 ROBERTO MARINHO	25
7.23 SANDRA M. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	25
7.24 ULYSSES GUIMARÃES	26
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

APRESENTAÇÃO DOS DIRETORES

Ana Luisa Mendes Diniz do Couto

Olá, delegados e delegadas! Meu nome é Ana Luisa Couto — vocês podem me chamar como preferirem —, eu serei a diretora de vocês! Eu tenho 18 anos e curso o 3º ano no Colégio Bernoulli, em Belo Horizonte. Ano que vem, pretendo estar cursando Biologia no Espírito Santo ou em São Paulo, mas de vez em quando penso também em fazer Sociologia ou Psicologia... veremos o que me aguarda!

Este comitê vem sendo preparado com muito carinho e eu espero que, ao final dele, todos nós sejamos amigos depois de uma simulação incrível! O tema foi escolhido depois de nós da mesa pensarmos e pesquisarmos muito, tudo para que vocês aproveitassem o máximo possível. Vocês podem contar comigo para tirar dúvidas sobre o comitê ou até mesmo para desabafar ou pedir conselhos!

Clara Peralva Carvalho

Olá senhores e senhoras delegadxs! Meu nome é Clara Peralva e eu serei uma das diretora de vocês nesse comitê da Unif 2019 e eu não poderia estar mais animada. Tenho 17 anos e estou cursando o terceiro ano no Pitágoras. Será minha quarta vez como diretora, mas cada uma delas me trouxe uma experiência completamente nova. Fazer esse guia para mim foi uma exercício de muito prazer e aprendizado e espero que você se divirtam e aprendam no comitê o tanto quanto eu aprendi e me diverti preparando-o para vocês. Boa simulação a todos!

Eduardo Fonseca

Muito prazer, meu nome é Eduardo Fonseca, tenho 18 anos e serei seu diretor na UNIF 2019! Simulo há mais de dois anos e sou apaixonado pelo mundo das simulações. Com mais de 15

simulações na bagagem, fiz grandes amigos e entrei em contato com diferentes realidades e pontos de vista. Curso o primeiro período de Direito na UFMG, e devo muito quanto à escolha do meu curso aos mais variados modelos de simulação que tive a oportunidade de participar. Espero que o ACR seja uma ótima experiência, tanto para nós, diretores, quanto para vocês, caríssimos delegados!

Eduardo Salles

Olá senhorxs delegadxs!!! É um prazer indescritível para mim ver a escolha dos senhores por este comitê e por esta simulação. Me chamo Eduardo Salles e estou participando de um modelo pela primeira vez como moderador após incontáveis como modelero. Tenho 19 anos (capricorniano, com ascendente em Aquário e Lua em Áries para xs interresadxs) e estou fazendo cursinho no Bernoulli para prestar vestibular para cursar Administração Pública na Fundação João Pinheiro.

Espero que todos aproveitem esses dias juntos e que eles sejam de grande aprendizado para todos nós. Qualquer dúvida, desabafo, curiosidade ou vontade de jogar conversa fora mesmo sintam-se mais do que à vontade para entrarem em contato comigo. Dois beijos meus camaradas!!!

Thalyta Ávila Costa

Por último mas não menos importante, a pequenina do grupo. Meu nome é Thalyta, mas todos me chamam de Thaly. Concluí o ensino médio no Colégio Militar de BH em 2018 e planejo agora ingressar no curso de Letras, apesar de ainda não ter certeza dessa escolha. Estou completamente aberta para novas amizades e ansiosíssima para conhecer os delegatos que simularão nesse grandioso comitê.

Simular é uma das minhas grandes paixões e essa será minha primeira vez como diretora. Estou incrivelmente empolgada e posso garantir que eu e todo o resto dos diretores nos esforçaremos do início ao fim para tornar essa experiência incrível para todos vocês. Espero vocês nessa nossa viagem para alguns anos atrás, au revoir.

1. INTRODUÇÃO

Aos excelentíssimos delegados,

O seguinte guia de estudos tem por finalidade auxiliar os delegados e delegadas do Alto Comissariado da República da UNIF e servir como fonte de apoio para os tópicos a serem debatidos nesta Casa, tornando as sessões mais produtivas e proporcionando um debate mais fecundo, que consiga alcançar o objetivo de uma resolução que encaminhe o melhor futuro para o País

Neste documento o (a) delegado (a) encontrarão uma breve introdução sobre tudo que envolve a Ditadura militar, deixando-os atualizados sobre todo o contexto geral do comitê, mais importante ainda, o posicionamento de todos os que tiveram de alguma forma participação nessa época tão marcante para história do Brasil. Esses dados facilitarão e darão um rumo inicial para conhecerem um pouco sobre o tema e conseguirem direcionar suas pesquisas, indo mais afundo, facilitando o conhecimento da representação e fazendo com que retratem o mais fielmente possível. Assim sendo, conseguirão construir uma discussão bem fundamentada sobre alternativas para aprimorar esse governo ou será acabar com essa forma de governo? Isso vocês decidem, boa sorte e bons estudos!

2. ANTECEDENTES

Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, devido a um governo extremamente polêmico, o então vice-presidente eleito João Goulart deveria, de imediato, ocupar o cargo de presidente. No entanto, ele estava em uma viagem diplomática para a República Popular da China, uma ditadura de viés comunista. Como Goulart tinha posições políticas consideradas de esquerda, três ministros militares se manifestaram contrários à posse de Jango (como era popularmente conhecido), especulando que seu retorno poderia trazer uma revolução comunista para o Brasil.

Enquanto João Goulart não retornava, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência interinamente. No pano de fundo, ocorria a chamada “Campanha da Legalidade”: enquanto alguns ministros militares se organizaram para impedir a posse de Jango, outros militares, como o General Machado Lopes, buscavam uma forma de garantir a posse. Leonel Brizola, cunhado de Goulart e governador do Rio Grande do Sul, participou ativamente do movimento, buscando apoio para o vice-presidente que ainda estava no exterior. Para afastar suspeitas de que poderia estar se aliando ao comunismo, Jango viajou para os Estados Unidos, para simbolizar sua proximidade ao bloco capitalista.

Para resolver o impasse, o Congresso Nacional, após vetar um pedido de impedimento da posse de João Goulart, aprovou a mudança temporária do regime presidencialista vigente para o parlamentarismo. Dessa forma, as atribuições do Poder Executivo foram significativamente limitadas, reduzindo assim os poderes de Jango, que tomou posse no dia 7 de setembro de 1961.

Com a instauração do parlamentarismo, João Goulart não tinha poder o suficiente para aprovar suas propostas políticas. Mesmo assim, seu plano de governo focava em três principais pontos: reduzir a inflação; desenvolvimento econômico; e a redução do déficit público.

Em 1962, foram realizadas as eleições para os Estados e o Congresso, que aumentaram a divergência política. A ineficiência do parlamentarismo acabou forçando a antecipação do plebiscito que decidiria qual sistema político seria adotado no país. Sendo assim, em 1963 foi realizado um plebiscito para decidir se o regime presidencialista retornaria ou se dariam continuidade para o parlamentarismo. Com 9,5 milhões de votos, de um total de quase 12,5 milhões pessoas que votaram, ficou determinado que João Goulart seria o chefe de estado de uma república presidencialista.

1.1 PLANO TRIENAL (1962)

Após retomar o presidencialismo, João Goulart convocou um novo ministério para estabelecer um plano para combater a crise inflacionária e garantir o desenvolvimento econômico do país. Com isso, em 30 de dezembro de 1962, foi anunciado o Plano Trienal, adotando um novo modelo geral de orientação da política econômica do governo.

O plano, elaborado sob a chefia do ministro extraordinário do Planejamento, o economista Celso Furtado, procurou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário.

San Tiago Dantas, um dos elaboradores do plano, viajou para Washington na tentativa de captar novos recursos para auxiliar economicamente o Brasil. Em território nacional, João Goulart buscava meios para concretizar a adequação do aumento salarial de acordo com o aumento da inflação. No entanto, essa pauta estava causando atritos entre a presidência da República e demais setores do poder Executivo, resultando no fracasso do Plano Trienal.

1.2 LIGAS CAMPONESAS (1955-1964)

As ligas camponesas se originaram no ano de 1955 e tratavam-se de associações de trabalhadores rurais, criadas inicialmente em Pernambuco, mas que com o passar dos anos chegou à Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e outras regiões do território nacional.

Acontecimentos como o conflito de Porecatu, no norte do Paraná (1950-1951) e o movimento de Formoso (1953-1954) não tiveram uma grande repercussão social e política, mas foram grandes influências para as chamadas Ligas Camponesas.

O movimento teve início de fato em 1º de janeiro de 1955, quando famílias do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (cidade de Pernambuco), se associaram, autodenominando-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP).

Setores conservadores batizaram a SAPP como “liga”, temerosos de que ela fosse uma reedição de outras ligas, que de 1945 a 1947 se espalharam por Recife e cidades em seu entorno, influenciadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).

A criação da Liga da Galiléia provocou uma reação do filho do proprietário do engenho. Temendo a consolidação de um núcleo de produção camponesa na propriedade, foi aumentado o custo para utilização da terra, o que dificultou a permanência das famílias que viviam e trabalhavam em terras arrendadas.

Para recorrer judicialmente, representantes da SAPP buscaram o advogado Francisco Julião Arruda de Paula, reconhecido por uma declaração de princípios em defesa dos trabalhadores rurais. Julião aceitou defendê-los, e em 1959 foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho.

A Liga de Galiléia ganhou visibilidade e tornou-se um símbolo da reforma agrária, tão almejada pelos trabalhadores rurais. A partir de 1959, as ligas camponesas se expandiram para vários outros estados, alcançando desde a Paraíba até Rio de Janeiro e Paraná.

As associações tinham um caráter civil e voluntário, dependendo de um estatuto e de registro em cartório. Para a criação de uma liga, fazia-se necessário a aprovação de um estatuto e o registro na cidade mais próxima, além da instalação de uma sede da liga na cidade em questão.

As ligas tinham função majoritariamente assistencial, com destaque à assistência médica e jurídica. A expansão e crescimento dessas associações voluntárias se explica em função das dificuldades político-burocráticas que durante muitos anos impediram a criação e o reconhecimento oficial dos sindicatos rurais.

O movimento foi desagregado no ano de 1964, contudo isso não desarticulou suas reivindicações básicas, incorporadas pelos sindicatos rurais nos próximos anos.

1.3 GREVES DO CGT (COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES)

Os sindicatos urbanos foram extremamente atuantes durante o governo de João Goulart. Na verdade, antes mesmo de Jango assumir, o movimento sindical já organizava greves em resposta ao impasse imposto pelos ministros militares contrários à posse de Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

Jango enfrentou inúmeras greves em seu governo, que não só reivindicavam melhorias salariais, como também buscavam pressionar o governo para implementar as reformas de base. Pode-se considerar que o governo de João Goulart foi um marco na história do movimento sindicalista brasileiro, com greves que foram um meio de dar mais visibilidade e espaço para os sindicatos no que se refere à política nacional.

Através dos anos, o Comando Nacional de Greve (CNG) passou a ser denominado Comando Geral de Greve (CCG), até por fim se tornar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Com lideranças expressivas dentro do movimento sindical, o CGT teve grande participação na política brasileira durante o governo Goulart. Por exemplo, para antecipar a votação do plebiscito que definiria o regime de governo, o CGT decretou greve geral até a efetiva antecipação.

No entanto, João Goulart não conseguiu estabelecer as reformas de base, como não tinha o apoio necessário no Congresso para realizar a reforma constitucional que possibilitaria concretizar seu plano. Além disso, uma radicalização do movimento sindical distanciou o CGT do governo, que começou a apoiar uma organização rival, a União Sindical dos Trabalhadores. Vale ressaltar que a demissão do Ministro do Trabalho Almino Afonso, próximo aos líderes sindicais, degradou ainda mais o CGT.

Em 1964, com a suspeita de um golpe para tirar Jango do governo, o CGT ameaça declarar uma greve geral em defesa da liberdade democrática. A organização foi responsável por organizar um comício popular no dia 13 de março, que contou com cerca de 150 mil pessoas. No entanto, não foi possível conter o golpe dos militares.

1.4 MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS E PELA LIBERDADE

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é o nome dado às diversas manifestações que ocorreram em resposta ao comício de 13 de março 1964 em defesa de João Goulart. Neste comício, Jango defendeu e discursou sobre as reformas de base, que por prejudicar as classes mais abastadas da sociedade brasileira, desagradou profundamente os setores sociais de elite.

Vários grupos sociais, como membros da Igreja, famílias e grupos políticos mais conservadores organizaram passeatas com o intuito de tirar Goulart do governo, mobilizando mais de um milhão de pessoas. A primeira aconteceu em São Paulo no dia 19 de março, dia de São José, protetor das famílias, e reuniu cerca de 500 mil pessoas contra a permanência de Jango na presidência da República.

A Marcha foi de grande importância para o início do Governo Militar. A aceitação do Golpe de 64 por parte dos setores mais conservadores da sociedade justificava-se na estabilidade e segurança do país que os militares pretendiam garantir.

1.5 GUERRA FRIA

Durante o governo de João Goulart, o mundo ainda se encontrava ideologicamente dividido entre capitalismo e socialismo, um período denominado como Guerra Fria.

Desde o início da Guerra Fria, após o fim da Segunda Guerra Mundial, as duas principais potências vencedoras do conflito - Estados Unidos e URSS - iniciaram uma disputa pela hegemonia de seus modelos: a URSS com o socialismo e os Estados Unidos com o capitalismo. Como ambos os lados contavam com um poder bélico massivo, para evitar a destruição mútua de ambos os lados, não houve conflitos diretos entre as duas potências - por isso Guerra Fria -. Contudo, em busca de áreas de influência, ambas tiveram conflitos indiretos com o outro lado, como a Guerra das Coreias e a Guerra do Vietnã.

Em território nacional, aqueles que se alinhavam com a perspectiva capitalista (principalmente muitos militares) se opunham fortemente àqueles que se identificavam com o comunismo. Os militares usaram de seu poder e influência política para alienar a população, apresentando o comunismo como “perigo vermelho”, alegando que o mesmo poderia ameaçar a integridade da nação brasileira. O medo do comunismo foi um dos grandes motivadores para a queda de Jango, como seus ideais se alinhavam à uma perspectiva comunista, que além de tudo ameaçava as classes dominantes.

1.6 INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE PRÉ-GOLPE

Desde 1962, o Golpe de 64 já começava a ser planejado, num diálogo entre setores conservadores da sociedade brasileira, Forças Armadas e Estados Unidos da América (EUA), por meio da CIA (*Central Intelligence Agency*, ou Agência Central de Inteligência), buscando garantir os cargos necessários nas eleições de 1962 para o Congresso e governos dos estados. Por meio de financiamento de campanha, os EUA compraram candidatos de oposição ao

governo e divulgaram diversas propagandas anticomunistas, desestabilizando um governo que enfrentava uma série de contratempos e preparando terreno para a tomada de poder.

Em 1963, com a inflação brasileira anual de quase 80%, os Estados Unidos começam a financiar o golpe através dos governos estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara (hoje Rio de Janeiro).

Por meio da Operação Brother Sam, os EUA já se preparavam para dar apoio militar às tropas brasileiras favoráveis ao golpe. Em Nova Jersey (EUA), estavam reunidos seis destróieres, um porta-aviões, aviões de caça e toneladas de armas e munição prontos para serem enviados para o Brasil. No entanto, como não houve resistência, o apoio bélico norte-americano nem sequer chegou em território brasileiro.

1.7 GOLPE CIVIL-MILITAR (31.03.1964)

Na madrugada de 31 de março de 1964, foi deflagrado um golpe pelos militares, liderados por Olímpio Mourão Filho, contra o governo de João Goulart. As tropas de Olímpio marcharam em direção ao Rio de Janeiro para destituir o governo. Sem reação, o governo e setores que apoiavam Jango foram obrigados a aceitar o golpe.

No dia 1º de abril, em busca de asilo político para garantir sua própria segurança, saiu do Rio de Janeiro para ir pra Brasília, por fim seguindo para Porto Alegre, onde Leonel Brizola tentava organizar uma resistência, apoiado por oficiais legalistas. Contudo, mesmo com a insistência de Brizola, Goulart abandona a possibilidade de um confronto militar com os golpistas e se exila no Uruguai, até sua morte em 1976.

Com a saída de Jango, a presidência é dada como vaga, e Ranieri Mazzilli mais uma vez assume o cargo de presidente da República de forma provisória. No dia 9 de abril, é emitido o Ato Institucional nº 1 (AI-1) e dois dias depois Humberto Castello Branco é eleito indiretamente presidente do país, dando início ao Governo Militar.

2. PARTIDOS

No Brasil de 1964, a crise política era clara. Os principais partidos do período eram a União Democrática Nacional, o Partido Social Democrático, e o Partido Trabalhista Brasileiro, porém com as eleições para governadores de 1965, elegeu-se poucos militares e, aqueles que estavam no poder, preocuparam-se com a rejeição popular. Portanto, no mesmo ano, entrou em vigor o Ato Institucional número 2, em 27 de outubro Castello Branco editava o documento que declarava no artigo 18: "*Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.*". Então, a partir de 1966, passaram a existir apenas dois partidos brasileiros.

2.1 ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

“Art. 2 - A Aliança Renovadora Nacional pugnará:

b) pelo aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos de poder político”

Em 04 de abril de 1966, fundou-se a Aliança Renovadora Nacional, partido de apoio ao governo militar - situação. A ARENA, de forte caráter conservador, era formada majoritariamente por políticos dos antigos PSD e UDN, com destaque para os nomes Filinto Muller e Jarbas Passarinho. Por mais que em seu estatuto o partido se posicionasse contra abusos de poder, na prática ele conivente com torturas realizadas pelos militares, como com o

ex-chefe do DOI-CODI do II exército, Carlos Alberto B. Ustra, que nas palavras do atual presidente Jair M. Bolsonaro é "o pavor de Dilma Rousseff". Dilma, naquele período lutava contra os ideais do militarismo e, por fazer parte de uma organização contrária ao governo, foi presa e torturada, já que, durante a ditadura, a liberdade de expressão não era mais um direito popular, mesmo que os militares da ARENA também defendessem, apenas em seu estatuto, o aperfeiçoamento da democracia.

A Aliança viveu sua época dourada logo no seu início, representando a maioria do Senado Federal nas eleições de 1966 e de 1970 - resultados que demonstravam a satisfação popular, principalmente da classe média, com o governo vigente. Tal agrado, porém, diminuiu logo nos primeiros anos na década de 1970.

2.2 MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

"Art. 3º - O MDB, certo de que o poder só é legítimo quando emana do povo e em seu nome é exercido, usará dos direitos de ação política na defesa dos objetivos definidos no programa com que se apresenta perante a opinião pública e que vai transcrito no final deste documento."

Em 24 de março de 1966, criou-se o Movimento Democrático Brasileiro. O partido era contrário ao governo vigente, ou seja, oposição, o que não é comumente observado em ditaduras - e essa era exatamente a intenção dos militares: conceder uma oposição controlada, evitando a imagem de "ditadura de um só partido" e até mesmo aparentando certa democracia ao olhar da população. O MDB tinha o objetivo de defender os ideais do povo brasileiro, como escrito no seu estatuto.

O partido, mesmo que relativamente fraco, "levou o Congresso a exercer a função de 'caixa de ressonância' da insatisfação popular", nas palavras do autor Olavo Brasil de Lima Júnior. Nos governos de Costa e Silva e de Médici, o partido foi muito enfraquecido, já que muitos de seus membros foram cassados - principalmente após o discurso do jornalista e deputado Márcio Moreira Alves, em 1968, que incitava que o Dia da Independência não fosse comemorado e, inclusive, pedia para que as jovens brasileiras evitassem de namorar oficiais do exército - e, durante o mandato de Costa e Silva, houve a outorga do Ato Institucional Número Cinco. Ainda assim, em 1970 o Movimento representava quase um terço da Câmara dos Deputados, ocupando 87 de 310 cadeiras.

3. GOVERNOS

3.1 HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO (1964-67)

Humberto de Alencar Castelo Branco, conhecido apenas como Castelo Branco, é originário de Fortaleza, Ceará, e nasceu em 20 de setembro de 1897. Filho de Cândido Borges, um oficial do Exército, e Antonieta de Alencar Castelo Branco, ambos de famílias com cultura militar. Parente, também, de José de Alencar, autor de romances como Iracema e Senhora, e Raquel de Queirós, autora de O quinze. Castelo Branco interessou-se pela carreira militar apenas em 1912, quando contava apenas com 15 anos, quando ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre, uma vez que seu pai havia sido transferido no mesmo ano para Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Começou o embrião do que pode se chamar de sua carreira política quando em 1916 criou uma organização estudantil nomeada República Liberal, objetivando apoiar os opositores do Governo do presidente Venceslau Brás. Também é interessante ressaltar que serviu no 12º Regimento de Infantaria, localizado em Belo Horizonte, como era de seu desejo.

Aos 24 anos recebeu a promoção para segundo-tenente e no ano seguinte casou-se com Argentina Viana, com quem viria a ter dois filhos.

Já em 1964, assumiu a presidência do Brasil após o sucesso da chamada Revolução e tendo conquistando grande prestígio dentro das forças armadas devido ao seu desempenho como aluno, como oficial durante a 2ª Guerra Mundial e como administrador dos órgãos do Exército, substituiu João Goulart no dia 15 de abril. Seguindo o mote do movimento de 31 de março cujo cunho era extremamente político-militar, o presidente Castelo Branco procurou reorganizar a situação econômica nacional, pautada na contenção da inflação e a promoção do desenvolvimento, bem como desarticular as entidades esquerdistas, principalmente aquelas aliadas ao governo de Goulart. Para isso abriu centenas de inquéritos policiais-militares para investigarem atividades e atitudes consideradas subversivas e criou a Comissão Geral de Investigação para regulamentar as sanções sobre crimes políticos.

Humberto Castelo Branco regeu o país valendo-se do poder garantido a ele pelo Ato Institucional nº1 e, com isso, cassou o mandato de vários políticos brasileiros, como o ex-presidente e candidato às eleições presidenciais de 1965 Juscelino Kubistchek. Ele também criou o Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão que era responsável por assessorar o presidente com toda a atividade de informação e contra-informação para que esse fosse capaz de manter a segurança nacional. Além disso, foi durante seu governo que o mandato presidencial estendeu-se de maneira ilimitada, mesmo que tal medida não tivesse o apoio do presidente que queria ver a máquina pública brasileira correr inalteradamente, com votações indiretas para o cargo, e também que, por meio da Lei Suplicy (nº 4.464/64) podou os movimentos políticos estudantis. Por outro lado, Castelo Branco fez com que as eleições para governadores fossem diretas, logo em outubro de 1965, data considerada por muitos militares de “linha dura” como precoce enquanto que pela Câmara a atitude foi vista com bons olhos, assim como pela população, levemente descontente com as outras decisões tomadas. Para apaziguar o descontentamento causado dentro do exército com a última decisão, enfim, Castelo Branco levou a votação, e posterior aprovação, a Lei das Inelegibilidades, a qual impedia a maioria dos políticos que trabalharam com Goulart e Kubistchek de voltarem a exercer algum papel nesse meio.

Posteriormente, Castelo Branco, frente a perda de apoio civil e incompatibilidades dentro do exército viu-se forçado a editar e colocar em prática o Ato Institucional nº2. Mais radical que as medidas até então em voga o AI-2 cessava a vigência da Constituição de 1946 em diversos tópicos de suma importância, como a extinção dos partidos políticos e eleição indireta para o cargo de Presidente, faculdade presidencial para decretar o recesso do Congresso e autonomia para determinar leis de matéria financeira. Além disso, o Ato aumentou o poder da Justiça Militar, que agora passava a atuar sobre a população civil, tão como facilitou as interferências federais nos estados.

Esse Ato foi, aos olhos de muitos, a constatação da eleição futura de Costa e Silva e a demonstração de que a força, a influência e o poder da “linha dura” do Exército apenas crescia no regime. Todavia, a aprovação desse Ato também se traduziu para o Brasil como uma série de sanções e fechamentos de portas, como a da Subcomissão para a América Latina do Senado Americano a qual demandou a suspensão da ajuda econômica e militar à nação.

Já nos últimos momentos de seu mandato, quando já apoiava a candidatura de Costa e Silva, Castelo Branco ainda editou o AI-3. Com ele os governos estaduais também passaram a ser eleitos por meio de votações indiretas. Após isso, Castelo Branco começou a ver seu governo desmantelar em suas mãos, com constantes pedidos de afastamento dos ministros e a necessidade crescente de cassações e exonerações, além de vários posicionamentos contrários às ações de Castelo Branco chamando-as de pouco ou nada democráticas. Mas ainda antes de acabar, em 06 de dezembro de 1966, foi aprovada uma nova Constituição que instituía a eleição presidencial por via indireta e a manutenção da escolha direta de governadores; atribuía ao presidente da República do direito de expedir decretos-leis, submetidos ao referendo do

Congresso; instituiu o foro militar para julgamento de civis acusados de delitos contra a segurança nacional e a ampliava o estado de sítio para atendimento de situações de emergência.

3.2 ARTHUR DA COSTA E SILVA (1967-69)

Filho dos portugueses Aleixo Rocha da Silva e Almerinda Mesquita da Costa e Silva, Arthur Costa e Silva nasceu em Taquari, Rio Grande do Sul, em 03 de outubro de 1899. Estudou em casa e depois em uma escola de sua cidade, até que entrou na Escola Militar de Porto Alegre em 1912, no mesmo ano que Castelo Branco. Daí em diante progrediu na carreira militar, passando por Rio de Janeiro, então Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná além de outros estados. Foi, também, um dos membros organizadores do movimento tenentista de 1924 na região Sul e foi preso por tal ação.

Em sua carreira política, Costa e Silva foi o responsável pelo Ministério da Guerra durante os anos do governo do companheiro de armas, Castelo Branco, para quem articulou vários movimentos para atingir os objetivos desse alcançando simultaneamente o contentamento do Exército.

Devido à sua grande proximidade com todas as alas do Exército, Costa e Silva foi eleito, então, a 03 de outubro de 1966 e foi empossado a 15 de março de 1967, juntamente com o seu vice, Pedro Aleixo. Nesse momento o presidente se comprometeu em governar para o povo, respeitar o poder Legislativo, multiplicar as oportunidades de educação e reatar os entendimentos com a classe trabalhadora, em suas próprias palavras. Para compor seu ministério ele foi muito seletivo com suas escolhas, visando a garantir uma pluralidade de visões no seu Governo, ao mesmo tempo em que agradava a todos os setores que poderiam causar-lhe problemas, mostrando o quão estrategista Costa e Silva foi desde os primeiros momentos de seu mandato presidencial.

Todavia, já no segundo ano, eclodiu um clima de insatisfação generalizada já que protestos públicos contra as restrições governamentais, contra os rumores de taxas de matrícula para as faculdades públicas e contra a política salarial eclodiram em concomitância com greves operárias. Além disso, a classe militar não se encontrava muito contente devido às antigas divergências que persistiram desde o governo anterior, mesmo com os esforços do presidente em voga. Outra situação enfrentada por Costa e Silva foi a insurreição da mídia que divulgava casos de tortura contra presos políticos em órgãos militares e policiais e veiculava artigos de representantes da reserva das forças armadas contra o presidente. Ambas essas ações levaram o presidente a reforçar a disciplina militar de cerceamento dos posicionamentos dos oficiais da reserva e acusá-la de “sensacionalismo na divulgação das notícias”, nas palavras de Albuquerque Lima, ministro do Interior.

Foi durante o seu governo que morreu o estudante Edson Luís, o qual protestava, junto com diversos outros colegas, pela reforma do ensino e contra o aumento dos preços das refeições do restaurante universitário, o que elevou às alturas a insatisfação perante o governo. Ao mesmo tempo os constantes ataques contra a política salarial de Costa e Silva, o militarismo e as suspeitas de corrupção pelos militares efetuados por Carlos Lacerda, ex-governador, culminaram na proibição das atividades da Frente Ampla e, no mês posterior, a completa proibição das manifestações de rua. O embrião do AI-5 nascia então. Depois dessa situação os levantes de alunos e professores não diminuíram, levando à Passeata dos Cem Mil, cujas demandas, que incluíam o fim da repressão policial e da censura às artes, foram completamente ignoradas pelo Governo Federal, e à invasão da Universidade de Brasília, na qual diversos professores e alunos foram presos.

Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº5 após a perda de um processo na Câmara dos Deputados acerca da cassação dos direitos políticos do deputado Moreira Alves. Com ele o presidente da república tornava-se, em uma análise ampla, maior que a Constituição em si. Isso ocorria uma vez que a ele era permitido o fechamento do

Congresso, o decreto do estado de sítio sem a anuência deste, a cassação de mandatos políticos e suspensão de direitos além de várias outras permissões. E Costa e Silva fez uso desse novo artifício tão cedo quando pode, cassando diversos mandatos de pessoas contrárias ao governo e à suas ações, suspendendo os direitos políticos de ex-governadores e a aposentando membros do STF. De acordo com o presidente, o Ato fora redigido visando a preservar a segurança interna, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país uma vez que a Constituição anterior se mostrara, aos olhos de Costa e Silva, incapaz de tal.

Costa e Silva foi afastado do serviço por apresentar uma trombose que comprometeria a sua capacidade de governar e assim assumiu uma junta militar. Ela governou por alguns poucos meses do ano de 1969, instituindo diversos Atos, até que, em 8 de outubro, escolheu o general Emílio Garrastazu Médici para suceder o presidente afastado, o qual aprovou a decisão.

3.3 EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-74)

Emílio Garrastazu Médici nasceu em Bagé, no Rio grande do Sul, no dia 4 de dezembro de 1905, filho de Emílio Médici e de Júlia Garrastazu Médici. Seu pai era comerciante e fazendeiro de origem italiana e sua mãe descendia de ricos proprietários de terra de origem basca espanhola. Influenciado pela mãe, ingressou em 1918 no Colégio Militar de Porto Alegre, onde permaneceu até 1922, para depois ir ao Rio de Janeiro para seguir com a vida militar.

Durante os anos de governo militar, Médici assumiu a chefia do Serviço Nacional de Informação ao longo do governo de Costa e Silva, na qual foi investido em 1967, dois dias após o Presidente assumir o cargo, e ocupou o cargo até 1969, antes de assumir ele mesmo a presidência do Brasil, vencendo a disputa sobre Pedro Aleixo, que era Vice-Presidente do mandato anterior. Seu cargo já se equiparava em importância com o cargo de ministro e, por tal motivo, garantia cadeira no Conselho de Segurança Nacional. Atribuiu, durante sua chefia, mais tarefas ao SNI, extrapolando sua obrigação de examinar ações de subversão e corrupção. O órgão passou a ser responsável por estudar problemas políticos, sociais e econômicos da nação, para assim, “dar ao governo uma visão completa das críticas à administração, das aspirações e anseios do povo brasileiro. Com esse objetivo, intensificou a realização de sondagens de opinião pública, passando a entregar ao presidente a ‘informação acabada’, ao invés da ‘informação bruta’”, como dito pelo próprio Emílio.

Com a ausência de Costa e Silva no posto e Presidente, Médici foi prontamente o denominador comum entre os desejos deste e a maioria dos setores militares, uma vez que ele representava a continuidade da Revolução e do governo anterior. Como seus predecessores, o comandante repetiu frases de implantação da democracia total na nação e em justiça social, mas, por outro lado, retratou sobre liberdade de várias instituições, mostrando uma faceta mais aberta dos governantes militares. Estabelecendo uma política voltada para o “desenvolvimentismo”, Médici manteria um estilo de governo forte e extremamente centralizado, dessa maneira ele não revogou os Atos Institucionais vigentes, como esperado uma vez que o Presidente havia prometido uma abordagem mais democrática. Porém, levando seu governo por meio de decretos, o presidente foi responsável por marginalizar a classe política durante seu mandato, até a data da reunião em questão, que ocorreu devido às espasmódicas tentativas dessa de mostrar sua insatisfação.

Outro fator que incomodou avaliadores do governo foi o Departamento de Promoções, que aos olhos de muitos era uma maneira de travestir propagandas em forma de pseudo-informação levando a uma imposição de uniformidade perante as decisões políticas do governo, algo que foi taxado como uma grande atitude ditatorial. Ela foi acompanhada da desregrada seleção de governantes para os Estados da União dando preferência para homens de

confiança do sistema revolucionário e que fossem à parte da política e mais próximos tecnicismo.

Apesar do alto nível de descontentamento com o governo, a vitória do Brasil, que conquistou o tricampeonato mundial de futebol, no México em 1970 foi uma ferramenta que o Governo utilizou para demonstrar o avanço da nação e a importância da manutenção da Revolução. Além disso, foram diversos os políticos que fizeram propaganda em cima desse fato, criando uma imagem quase que ufanista da pátria na época, fazendo com que o governo de Médici tivesse algo a mais em que se sustentar.

4. AÇÕES E REAÇÕES

É fato que toda mudança política causa reações, sejam elas positivas ou negativas. Não foi diferente com a ditadura militar e é pertinente evocar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que foi uma série de manifestações ocorridas entre março e junho de 1964 em resposta à ameaça comunista que rondava o Brasil e foram organizadas pelos setores mais conservadores da sociedade - como o clero.

No dia 02 de abril de 1964, houve a marcha da vitória, que comemorava o golpe militar e contou com a presença de um milhão de brasileiros no Rio de Janeiro. Porém, quando os Atos Institucionais começaram a entrar em vigor e as liberdades civis foram sendo cada vez mais limitadas, as passeatas a favor do regime foram diminuindo e dando espaço para movimentos ilegais e contrários - como a Guerrilha do Araguaia. Entretanto, o sistema contou com o apoio da mídia por muito tempo.

4.1 APOIO DA MÍDIA

“A televisão é uma concessão pública e por isso a necessidade de que ela andasse muito alinhada com o governo, porque, caso contrário, a concessão seria retirada”

-Beatriz Kushnir.

No dia 02 de abril de 1964, a primeira página do O Globo estampava "Ressurge a democracia!", no dia 05 de abril de 1964, o mesmo jornal anunciava: "a revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista." e, um dia depois da outorga do Ato Institucional Número Um, no dia 10 de abril de 1964, a F. de São Paulo explicava que "o Ato Institucional visa, portanto, minar supostos poderes de 'revolucionários' e manter a consolidação do processo democrático".

"Os meios de comunicação são meios-chave em qualquer tentativa de mudança ou alternância no poder. Aqueles que querem dar um golpe, tentam controlar a mídia", afirma Anita Simis, professora de sociologia da UNESP. Observa-se, então, um enorme apoio midiático e, na ditadura, era quase obrigatório, já que, em se criticando o modelo, os jornalistas corriam o risco de serem perseguidos. “Não quero dar a entender que a autocensura e o colaboracionismo tenham sido praticados pela maioria dos jornalistas, pois isso está longe da verdade. Muitos dos que “combateram” as práticas do Estado pós-1964 e pós-AI-5 ficaram desempregados, foram encarcerados e perseguidos. Muitos jornalistas desempenhavam uma militância de esquerda – de simpatizantes a engajados – e padeceram (muitas vezes com marcas na própria pele) por tais atitudes.” (Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988; KUSHNIR, Beatriz)

Porém, por mais que não fossem todos os jornalistas que apoiava o sistema, a grande mídia e os donos dos veículos apoiavam. Um dos grandes jornais era a “Folha da Tarde”, comandada por policiais e conhecida por ser a “maior tiragem”. Por isso, o jornal normalmente

noticiava as mortes ocorridas por torturas como trocas de tiros ou assassinatos, tornando-as “legais” e, com informações advindas do próprio sistema, diversas vezes a Folha da Tarde noticiava mortes de militantes antes mesmo que eles efetivamente estivessem mortos. Outros grandes jornais de situação eram O Globo, Estado de S. Paulo e o Tribuna da Imprensa.

“Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegem de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais”. **O Globo, 2 de abril de 1964.**

“Vive a nação dias gloriosos... Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da subversão, a ancora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada”. **O Globo, 4 de abril de 1964.**

“A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento”. **O Dia, 2 de abril de 1964.**

“Um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social – realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama”. **Folha de S.Paulo, 22 de setembro de 1971.**

“Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se. Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o país, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já a destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades”. **Jornal do Brasil, 31 de março de 1973.**

4.2 VOX POPULI

Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”.

Cerca de um mês depois de sua fundação, a AP lançou a candidatura de Vinícius Caldeira Brandt à presidência da UNE. Com a vitória deste, sua posição no movimento estudantil se fortaleceu.

Do ponto de vista da estruturação interna, decidiu-se que a AP atuaria em três níveis: nacional, regional e municipal. A política de preparação revolucionária escolhida pela AP consistia na mobilização do povo “na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização” através da “luta contra a dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal”. Seu Documento base propunha um “diálogo permanente com outros setores antiimperialistas e revolucionários”.

A repressão que se abateu sobre o conjunto da esquerda brasileira após o movimento político-militar de março de 1964 alterou as condições de existência e de atuação da AP. Muitos de seus membros foram presos ou fugiram para o exterior, enquanto outros passavam à clandestinidade. Ainda assim, a AP dispunha-se a prosseguir sua luta, dedicando-se à “preparação de quadros para enfrentar uma eventual luta insurrecional”.

Juntamente com as demais organizações de esquerda, a AP sofreu os efeitos da repressão policial-militar intensificada durante os anos 1972-1973, tendo sido a maioria dos membros de sua direção morta e vários de seus militantes detidos.

5. ATOS INSTITUCIONAIS

Os Atos Institucionais foram uma série de normas elaboradas pelo poder executivo de 1964 a 1969. Foram promulgadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional, órgão responsável por estudar todas as questões relativas à segurança nacional. Elas estavam acima de todos os outros atos e até da Constituição de 1946 e depois a de 1947.

Eles foram utilizados como uma maneira de legitimar e legalizar as ações do governo, até mesmo aquelas que contrariavam a Constituição Federal e atentavam contra os direitos humanos, sob a justificativa de combater a corrupção e manter a soberania nacional contra o avanço do comunismo no país. No total, foram decretados 17 atos institucionais, que não estão mais em vigor desde o fim do Regime Militar.

De forma mais detalhada, abordaremos nos subtópicos abaixo, os cinco primeiros atos, os mais conhecidos e relevantes.

Menos conhecidos e explorados, os atos institucionais do nº 6 ao nº 17 abordavam mudanças na Constituição de 1967 a respeito de questões administrativas e eleitorais. Também foram usados para ampliar progressivamente os poderes do Executivo para praticar desapropriações, confiscos, banimento do território nacional e envio para a reserva de militares acusados de atentar contra às Forças Armadas.

5.1 AI-1 (09.04.1964)

O primeiro ato institucional foi assinado pela junta militar e defendia o golpe como “revolução”, além de permitir ao Presidente da República a relação de projetos de emenda da Constituição, que seriam aprovados caso o Senado e a Câmara dos Deputados ultrapassassem o prazo de avaliá-los. Ele também proibia greves e manifestações, cassava mandatos legislativos, suspendia os direitos políticos (por dez anos) ou afastava do serviço público todo aquele que pudesse ameaçar a segurança nacional. Em abril daquele mesmo ano, o novo governo divulgou uma lista com 102 políticos e funcionários que tiveram seus postos e direitos anulados. O AI-1 teve a função de desorganizar o cenário político nacional. Grandes figuras de esquerda ou defensores da democracia como Jânio Quadros, João Goulart, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro perderam seus postos políticos. Gradualmente, o ato legitimava a força de um regime autoritário em terras brasileiras.

5.2 AI-2 (27.10.1965)

O AI-2 foi promulgado com 33 artigos como uma resposta aos resultados das eleições que ocorreram no início daquele mês.

Estipulava o uso definitivo das eleições indiretas para presidente e a extensão do mesmo cargo até o ano de 1966 e ampliava os poderes do presidente ao determinar que o mesmo poderia decretar 180 dias de Estado de Sítio sem a aprovação prévia do Congresso Nacional.

Extinguiu todos os partidos atuantes da época, que tiveram suas sedes invadidas e desativadas. Além disso, visando sustentar uma aparência democrática, o mesmo documento estabeleceu a oficialização do sistema bipartidário. De um lado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representando o governo. Do outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) compunha uma fraca oposição controlada.

O Poder Judiciário também sofreu intervenção direta do Poder Executivo. Desta forma, os julgamentos das ações dos revolucionários deixaram de ser competência da justiça civil e o Estado entrou em um regime de exceção ainda mais repressor das posições contrárias ao regime.

5.3 AI-3 (5.02.1966)

Após o AI-2 estabelecer o bipartidarismo e eleições indiretas para a Presidência e Vice-Presidência, o AI-3 modificava o regime eleitoral também em nível estadual e municipal. Determinava que a eleição de Governadores e Vice-Governadores seria indireta, e se faria pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, em sessão pública e votação nominal. Os Prefeitos das Capitais Estaduais não seriam mais eleitos e sim indicados por nomeação pelos Governadores, mediante aprovação prévia da Assembléia Legislativa.

A estratégia foi bem sucedida: todos os onze estados remanescentes, mais o estado de Alagoas que teve nova eleição, elegeram os candidatos da ARENA.

5.4 AI-4 (12.12.1966)

Foi publicado em 7 de Setembro de 1966 com o objetivo de convocar extraordinariamente o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição que o presidente da ditadura militar à época, Humberto Castello Branco, enviaria às casas legislativas. Esse revogava definitivamente a Constituição de 1946.

Os responsáveis pela ditadura argumentavam que a promulgação de uma nova Constituição era necessária em decorrência da defasagem da Constituição de 1946 e das diversas alterações que ela havia sofrido, inclusive com os Atos Institucionais anteriores e o próprio golpe militar de 1964.

Além disso, tinham o objetivo de criar uma Constituição que representasse a institucionalização dos ideais e princípios do golpe e da ditadura civil-militar, chamados pelo governo de Revolução. A Constituição deveria ainda assegurar e dar continuidade à obra iniciada pelos militares e civis conservadores do país, quando tiraram do poder o presidente João Goulart.

5.5 AI-5 (13.12.1968)

O primeiro ato promulgado pelo general Costa e Silva inaugurou o período mais sombrio da Ditadura. Foi uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância.

Contava com doze artigos e trazia mudanças radicais para o Brasil. Por meio desse decreto, foi proibida a garantia de habeas corpus em casos de crimes políticos, garantiu o fechamento do Congresso Nacional, pela primeira vez desde 1937 e autorizava o presidente a decretar estado de sítio por tempo indeterminado, demitia pessoas do serviço público sem aviso ou motivo, dava a liberdade para o Estado confiscar bens privados e intervir em todos os estados e municípios, decretava a pena de morte e proibia a liberdade de expressão, aumentando a censura. Reforçou a ideia do golpe como revolução, colocando na “esquerda socialista” a culpa pelas medidas contrárias aos direitos individuais.

5.5.1 CONSEQUÊNCIAS DO AI-5

Devido às motivações políticas a época, o Ato Institucional nº5 teve desdobramentos muito objetivos em direção à manutenção do que se chamava de Revolução de 64. Com ele atitudes foram tomadas em relação ao recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores à revelia dos desejos presidenciais, assim como a suspensão de direitos políticos de qualquer indivíduo por 10 anos e a cassação de mandatos em qualquer esfera política, contrariando, dessa maneira, o princípio federativo da República Brasileira.

Após a redação do Ato, ele ficou conhecido como o documento oficial que escancarou que o governo vigente caracterizava-se como uma ditadura uma vez que foi o responsável pelo crescimento da rigorosidade das regras de censura sobre a mídia, as quais foram estendidas para artigos e reportagens, músicas e peças teatrais, além de cenas específicas ou até mesmo filmes inteiros. Outra questão que mostrou mais a verdadeira face do regime foi o fato de não haver uma data de término para o Ato, enquanto os anteriores duravam períodos curtos, em torno de dois meses. Com isso, habeas corpus sendo revogados permitiam diversas liberdades litigiosas para o governo, como diz o jornalista Cid Benjamin, em sua entrevista ao jornal GGN:

“Ele proibiu a concessão de habeas corpus para acusados de crimes políticos. Isso significava, na verdade, a luz verde para a tortura. Porque a pessoa era presa e ficava incomunicável na mão dos carcereiros pelo tempo que eles quisessem. Quando fui preso, por exemplo, em abril de 1970, a minha prisão só foi legalizada 20 dias depois. Eu poderia ter morrido e desaparecido nesse período inicial de torturas e não havia nenhum registro oficial.”

Devido a isso, a cultura da época teve um caráter muito massificado e superficial em sua maioria, sendo apenas superada nesse aspecto por artistas capazes de, por meio de metáforas e mensagens subliminares, passar mensagens contrárias ao Governo, aos seus posicionamentos e aos militares em suas produções artísticas. Algumas delas: Cálice, que foi censurada após já ter sido divulgada, de Chico Buarque e Milton Nascimento, Jorge Maravilha, a qual foi censurada, atribuída a Chico, Carcará cantada por Maria Bethânia, É proibido proibir de Caetano Veloso e O bêbado e a equilibrista da icônica Elis Regina.

Um terceiro ponto decorrente da aprovação do AI-5 foi o fechamento do Congresso Nacional, bem como das Assembléias Legislativas de todas as unidades federativas, a exceção de São Paulo, pelo período aproximado de um ano. Com esses fechamentos o Governo Federal tornava-se o responsável pela determinação de pessoas para assumir os cargos políticos que passaram a ficar vagos após a determinação presidencial, além de outras autoridades que o Governo Federal não aprovasse nos municípios. Em concomitância, a cassação de mandatos de políticos de oposição ao governo ou que, somente, fossem considerados como não-cooperativos ao regime, com isso, apenas políticos favoráveis ao governo compuseram seus órgãos de poder, corroborando, então, com a manutenção a frase de Costa e Silva: “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará”.

6. O ALTO COMISSARIADO DA REPÚBLICA

Em um contexto de crescente descrença perante a eficiência do modelo político vigente, um regime militar ditatorial, a sociedade civil clama pelo retorno dos seus direitos sociais em concomitância com as demandas políticas de reabertura e anistia.

Com a crescente insatisfação popular que colocou os militares em posição desconfortável foi realizada uma reunião informal dos principais membros que tinham acesso ao gabinete presidencial, após essa é criado o Alto Comissariado da República, um fórum para que as reivindicações dos cidadãos brasileiros sejam ouvidas e debatidas, um órgão federal que traz a possibilidade de um debate mais acessível e que possa de fato trazer as pautas do povo para serem discutidas por seus representantes.

Considerando o quanto as discussões no Congresso entre membros do MDB e da ARENA se distanciam da realidade do povo brasileiro, o ACR envolve também membros da sociedade civil, buscando garantir ao máximo (e na medida do possível) a participação da opinião pública.

O objetivo principal do ACR é possibilitar que seus membros possam discutir alternativas que otimizem o governo vigente, dando continuidade ao projeto do Governo Militar, que tem um conceito cada vez pior na opinião pública brasileira. Será que o debate pode de fato tornar o Governo Militar uma opção mais viável, ou as discussões irão ser guiadas de forma a antecipar o fim do Regime Militar?

7. REPRESENTAÇÕES

7.1 AUGUSTO RADEMAKER

Augusto Hamann Rademaker Grünewald nasceu em 11 de maio de 1905 e exerceu vários cargos na política brasileira ao longo dos anos de chumbo. Foi presidente da República à época da Junta Militar de 1969, foi vice-presidente de e Emílio Médici, além de Ministro da Marinha e dos Transportes. Toda essa carreira política foi estabelecida em aliança ao partido ARENA.

Rademaker foi um dos idealizadores do golpe de 64, sobre João Goulart, e foi, também, um dos participantes ativos da ação, sendo até um dos signatários do Ato Institucional Nº1 logo após a deposição de Goulart. Sempre foi muito claro seu posicionamento favorável ao governo e à manutenção deste, reconhecendo apenas nas forças militares a capacidade de manter o país no caminho certo.

7.2 BARBOSA LIMA

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu em 22 de janeiro de 1897, em Recife, Pernambuco. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1917. Mudando-se para o Rio de Janeiro, dedicou-se ao jornalismo.

Trabalhou no Jornal do Brasil a partir de abril de 1921, como redator político e, a partir de 1924, como redator principal. Em 1926, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Presidiu a Associação durante 22 anos. Em 1937, é eleito Membro da Academia Brasileira de Letras. É autor de mais de 70 livros.

Foi eleito deputado federal por Pernambuco para o triênio 1935-37, foi escolhido líder de sua bancada, membro da Comissão de Finanças e relator do Orçamento do Interior e Justiça. Na Câmara dos Deputados, em 1946, foi membro da Comissão de Finanças e designado relator do orçamento do Ministério da Guerra.

Renunciou à cadeira de deputado em 1948, para assumir, a 14 de fevereiro do mesmo ano, o cargo de governador de Pernambuco, exercendo o mandato até 31 de janeiro de 1951. Seu governo destacou-se pelas obras públicas na área de transporte, abrindo novas rodovias. Fez vários investimentos na área educacional.

Em 1973 candidatou-se a vice-presidente da República na chapa encabeçada por Ulisses Guimarães pelo MDB e participou da Campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, que teve sucesso em 1979.

7.3 CARLOS ALBERTO B. USTRA

Carlos Alberto Brilhante Ustra nasceu em 28 de julho de 1932 em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Era coronel do exército e foi o chefe do DOI-CODI de São Paulo, o qual, durante seu controle, recebeu 502 denúncias de tortura. Ustra não acompanhava todas as torturas. Aparecia do nada em casos difíceis para fazer os “passeios” que lhe deram fama: abraçava o detento e o levava a uma sala, onde havia o corpo de um militante. “Se você não falar, vai acabar assim”, dizia. Ele chegou a espancar uma grávida e, certa vez, levou filhos para ver uma mãe torturada. Nas décadas de 1990 e 2000, Ustra foi processado várias vezes por ocultar cadáveres, especialmente em valas comuns do cemitério de Perus, na capital paulista. Muito ativo nos clubes militares, na defesa do governo implantado em 1964 e nas críticas anticomunistas.

Portanto, era um fervoroso defensor dos governos militares e da maneira como regiam o Brasil no momento. Aos seus olhos essa era a maneira de conter o perigoso avanço dos comunistas e de outras alas rebeldes e antirrevolucionárias. Por esse motivo, Carlos Ustra defende a permanência do regime exatamente como este se encontra.

7.4 CHICO XAVIER

Francisco Cândido Xavier é um mineiro de Pedro Leopoldo nascido em 02 de abril de 1910. Foi um importante médium para a cultura espírita, além de ter doado grandes valores para instituições de caridade.

Em entrevista para o programa Pinga-Fogo da TV Tupi disse: "a posição atual do Brasil é das mais dignas e mais encorajadoras para nós" e, a título de explicação, "a nossa democracia está guardada por forças que nos defendem contra a intromissão de quaisquer ideologias ligadas à desagregação". Com base em conselhos que Chico disse ter recebido de "benfeitores

espirituais", ele teria definido o cenário da ditadura como "muito digno" e o classificou como "democracia", pedindo a união do povo para orar pelo país.

Ele havia defendido o governo militar a pretexto de combater ideologias que promovessem a "degeneração" social, alegando que os "garantidores da ordem e da lei" no país eram a garantia para a "formação do país como o Reino de Luz para o qual o povo brasileiro estava se encaminhando". Ele acrescentou que a "liberdade" estava garantida pela "democracia" trazida pelos militares.

7.5 D. SERAFIM FERNANDES DE ARAÚJO

Dom Serafim nasceu em Minas Novas, Minas Gerais, em 13 de agosto de 1924. Ordenou-se em 12 de março de 1949 e em 19 de janeiro de 1959. Além de seus cargos religiosos, ocupou vários cargos docentes em diversas instituições, como o cargo e reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mas também foi o responsável religioso por batalhões da polícia militar da unidade federativa.

Devido à desconfiança de infiltrados marxistas e subversivos no clero brasileiro, D. Serafim, à época em que se deu cabo esta reunião, via como necessária a permanência do regime de governo vigente para combater isso. D. Serafim ia, portanto, contrário ao posicionamento da Igreja Católica no Brasil, mas o fazia com muita discrição, cuidado e politicagem.

7.6 ELIS REGINA

Elis Regina Carvalho Costa nasceu em Porto Alegre em 17 de março de 1945 e foi considerada por vários críticos como a melhor cantora popular brasileira nas décadas de 1960 e 1970, incluindo o início da década de 1980.

Elis sempre manteve um grande sentimento patriótico e assim, bem como grande parte de seus colegas músicos, apoiava a reabertura política brasileira e o retorno para o regime democrático de governo. Foi uma grande crítica do governo, tanto em suas músicas, quanto em discursos que proferia - Em entrevista, no ano de 1969, teria afirmado que o Brasil era governado por gorilas. Foi uma importante voz política da esquerda brasileira, principalmente no tocante à anistia aos exilados políticos pela ditadura. Também revoltava-se com todo o cerceamento e censura que sofriam músicos e artistas e não deixou sua voz calar acerca disso, cantando músicas como "O bêbado e a equilibrista" para criticar todas essas situações.

7.7 EMÍLIO MÉDICI

Emílio Garrastazu Médici nasceu em Bagé, no Rio Grande do Sul, dia 4 de dezembro de 1905.

Em 1957, assumiu a chefia do Estado-Maior da 3ª Região Militar da capital gaúcha a convite do então comandante daquela unidade, general Arthur da Costa e Silva, com quem estabelece forte amizade. Foi promovido a general de brigada em 1961 e não há indícios que tenha participado da conspiração para derrubar João Goulart.

Em abril de 1964, por ocasião do movimento militar de 1964, Médici era o comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, onde mobilizou momentaneamente os cadetes. Em 1967, sucedeu Golbery do Couto e Silva na chefia do Serviço Nacional de Informações, o órgão de inteligência do regime militar (SNI) e nessa agência, permaneceu por dois anos.

Apoiou o Ato Institucional Número Cinco na reunião do Conselho de Segurança Nacional em que Costa e Silva assinou o ato.

Com o afastamento definitivo do presidente Costa e Silva por causa de um derrame cerebral, uma junta militar assumiu a presidência provisória da república, pelo período de 60 dias. Médici foi eleito como novo presidente da república com a maioria dos votos.

Ao fim de seu mandato como presidente, Médici abandonou a vida pública. Declarou-se contrário à anistia política, assinada pelo presidente João Figueiredo (que havia sido chefe da Casa Militar durante seu governo), qualificando-a como "prematura". Foi sucedido, em 15 de março de 1974, pelo general Ernesto Geisel.

7.8 ERNÂNI DO AMARAL PEIXOTO

Ernâni do Amaral Peixoto nasceu em 14 de julho de 1905 na cidade de Niterói, Rio de Janeiro.

Após a instauração do regime militar, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao novo regime, e é eleito deputado federal em 1966 e posteriormente senador, entre 1970 e 1978, quando foi reeleito para novo mandato no Senado Federal, indiretamente, pela bancada da Assembleia Legislativa fluminense.

Após a abertura política, ingressou no Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Durante os movimentos de 1964, Amaral Peixoto não se posicionou, mas manteve um bom relacionamento com o governo até o ano seguinte. O divisor de águas foi a cassação dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Após isso fez posicionamento contrário ao governo, como diz seu alinhamento ao MDB.

7.9 ERNESTO GEISEL

Ernesto Beckmann Geisel nasceu em 03 de agosto de 1907. Filho de imigrantes luteranos alemães, fez toda vida escolar em colégios militares e formou-se aspirante a oficial na Escola Militar de Realengo.

Em 1964, Geisel ingressa na carreira política ao ser nomeado chefe da Casa Militar do governo de Castelo Branco e deveria, portanto, averiguar as denúncias de torturas em unidades militares nordestinas. No governo de Médici, tornou-se presidente da Petrobras.

Geisel fez parte do grupo de militares que combateram a candidatura do Marechal Costa e Silva e pertencia à linha moderada das forças armadas, isso é, pensava que o militarismo deveria ser um modelo político transitório, existindo apenas para garantir o liberalismo no Brasil.

7.10 FILINTO MÜLER

Filinto Strubing Müller nasceu em Mato Grosso, Cuiabá, em 11 de julho de 1900 e foi um militar e político brasileiro. Fiel a Vargas, perseguiu tanto comunistas como integralistas e foi um notório cumpridor da política antissemita de Vargas. Esteve envolvido com a prisão e extradição de Olga Benário Prestes e seu marido, Luís Carlos Prestes. Foi eleito quatro vezes senador pelo Estado de Mato Grosso entre 1947 a 1973. Entre 1969 e 1973, foi presidente da Arena, o partido de sustentação do governo no período militar. Foi Presidente do Senado em 1973.

Sendo assim, seu alinhamento político estava muito atrelado ao jeito de pensar do partido. Ou seja, assim como a grande parte da ARENA, era favorável à manutenção do governo nos moldes em que se encontrava.

7.11 FRANCO MONTORO

André Franco Montoro nasceu na cidade de São Paulo no dia 16 de julho de 1916. Durante sua vida acadêmica exerceu algumas atividades políticas, tendo chegado a disputar as eleições para o Centro Acadêmico 11 de Agosto, nas quais foi derrotado. Colaborou ainda em jornais e revistas como O Debate, cuja direção técnica ocupou de 1934 a 1938, O Legionário, Folha da Manhã, A Noite e Diário de São Paulo.

Montoro reelegeu-se deputado federal em outubro de 1962. Numa conjuntura marcada pela crescente mobilização social e pela luta em favor das reformas de base, o PDC sofreu também um conflito de tendências antagônicas que seria expresso na convenção de Águas da Prata (SP), quando disputaram a presidência do partido Nei Braga e Montoro, tendo vencido aquele primeiro. Desde sua posse, Goulart vinha articulando o retorno do país ao regime presidencialista, antecipando o plebiscito que decidiria a sorte do parlamentarismo para janeiro de 1963. Na sessão da Câmara de 14 de dezembro de 1962, Montoro anunciou a decisão relativa ao plebiscito tomada pelo PDC, que refletia a divergência e o difícil acordo entre seus membros. A decisão considerava a questão em aberto, permitindo tanto a opção pelo parlamentarismo quanto pelo presidencialismo segundo a consciência de cada membro do partido. Em seu discurso Montoro enfatizou que o grande problema nacional era a urgente promoção das reformas que possibilitassem ao país encontrar o caminho do desenvolvimento, sem o privilégio de alguns e o sacrifício da maioria.

Sob a liderança de Montoro na Câmara, o PDC apoiou a candidatura, juntamente com o PSD, a UDN, o PR, o PTN, o PRP, o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Libertador (PL) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Na Câmara, em maio do mesmo ano, Montoro tornou-se vice-líder do bloco parlamentar formado pelo PDC, o PSP, o PST, o PR e o MTR, sob a liderança do deputado Arnaldo Cerdeira, do PSP.

7.12 GILBERTO FREYRE

Gilberto de Mello Freyre nasceu em Recife no dia 15 de março de 1900. Foi um polímata brasileiro. Como escritor, dedicou-se à ensaística da interpretação do Brasil sob ângulos da sociologia, antropologia e história. Foi também autor de ficção, jornalista, poeta e pintor. É considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX.

Em Pernambuco, Gilberto Freyre ocupou vários cargos comissionados e chegou à presidência da UDN pernambucana. Em 1964, defendeu a queda de João Goulart, em 1969 passou a integrar o Conselho Federal de Cultura a convite do presidente general Emílio Médici.

7.13 GOLBERY DO COUTO E SILVA

Principal ideólogo da ditadura militar brasileira, **Golbery do Couto e Silva** nasceu no Rio Grande do Sul. Participou, com o primeiro ditador daquele período, Humberto de Alencar Castelo Branco, das tropas brasileiras enviadas para se juntar às norte-americanas na Itália, no fim da Segunda Guerra Mundial. Voltaram ambos convencidos da necessidade de uma doutrina

de segurança nacional. Fundaram a Escola Superior de Guerra (ESG), que formou uma nova geração de militares naquela doutrina.

Protagonizou, nos anos 1950, a oposição ao governo de Getúlio Vargas, articulando ideológica e politicamente o movimento militar que triunfou em 1964, com o golpe de 1º de abril. Consolidou, então, já como general, sua posição e prestígio como grande ideólogo do regime militar. Pôs em prática a doutrina de segurança nacional dirigindo o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de segurança, informação e orientação ideológica e repressiva da ditadura. Escreveu, entre outras obras, *Geopolítica do Brasil* (1966).

7.14 INÊS ETIENNE ROMEU

Única sobrevivente da Casa da Morte, centro de tortura clandestino da ditadura, em Petrópolis (RJ), depois de 96 dias de martírio, **Inês Etienne Romeu** foi também a última presa política a ser libertada no Brasil. Integrante da luta armada contra a ditadura militar, foi militante e dirigente das organizações Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop).

Após sua libertação, graças à Lei da Anistia, Inês passou a se dedicar à denúncia e ao esclarecimento dos crimes ocorridos nas prisões da ditadura. Só a partir de um depoimento escrito por ela no hospital, em 1971, e entregue à Organização dos Advogados do Brasil (OAB) em 1979, quando saiu da prisão, foi possível localizar a Casa da Morte e identificar parte dos agentes que atuavam no local, entre eles um colaborador dos torturadores, o médico Amílcar Lobo.

Em 2003, aos 61 anos, Inês foi encontrada caída e ensanguentada em seu apartamento, com traumatismo crânio-encefálico, depois de receber a visita de um marceneiro contratado para um serviço doméstico. No dia 27 de abril de 2015, Inês Etienne morreu enquanto dormia em sua casa em Niterói, com 72 anos. Deixou como legado seus testemunhos sobre o sistema de atrocidades da Casa da Morte, sem os quais muitas pessoas não teriam qualquer pista dos seus amigos e familiares desaparecidos.

7.15 JARBAS PASSARINHO

Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri, no Acre, em 11 de janeiro de 1920. Foi senador pelo estado do Pará, Ministro da Educação e do Trabalho, além de ser associado ao partido político ARENA. Na época em que João Goulart foi deposto do cargo, Passarinho era tenente-coronel e ingressou na política logo em seguida ao 31 de maio de 64.

Esteve presente na redação e aprovação do Ato Institucional Nº5 e, em tal evento, acreditava ser ruim enveredar-se pelo caminho da ditadura pura e simples, como disse, porém não foi contrário à ela em momento algum e, por esse motivo, crê na necessidade da sua permanência até que as ameaças vistas por eles e seus colegas militares sejam aniquiladas.

7.16 JOÃO BATISTA FIGUEIREDO

João Batista de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro, na época, a capital brasileira, em 15 de janeiro de 1918. Estudou em escolas militares durante toda a sua formação acadêmica até formar no ensino médio, depois, continuou seguindo a carreira militar.

Em 1961, durante o governo Jânio Quadros, trabalhou no Conselho de Segurança Nacional. Com a posse de João Goulart em setembro de 1961, assumiu as funções de instrutor

da ECEME que logo foi transformada em um dos principais pontos de apoio à conspiração contra o novo governo. Na ECEME, formaram-se os principais quadros do movimento político-militar que derrubou João Goulart em 31 de março de 1964, inclusive Figueiredo, participante ativo de todas as fases desse processo.

Com a posse do general Castelo Branco na presidência da República, Figueiredo foi promovido a coronel em agosto de 1964 e foi encarregado de chefiar a agência do SNI no Rio de Janeiro.

Nos governos Costa e Silva e Médici, Figueiredo alternou entre vários cargos militares de alta patente e com a posse do general Ernesto Geisel na presidência, voltou à chefia do SNI.

O novo governo anunciou uma retomada “lenta, gradual e segura” das práticas democráticas, criando uma grande expectativa sobre o início de uma nova fase na vida política. Promovido a general-de-divisão em julho de 1974, Figueiredo integrou o núcleo central das principais decisões governamentais sobre o processo de distensão.

Apontado por Ernesto Geisel como seu sucessor, Figueiredo foi eleito Presidente da República em 15 de outubro de 1978 como candidato da ARENA. Vitorioso, jurou fazer do Brasil um país democrático.

7.17 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Inácio Lula da Silva, nascido Luiz Inácio da Silva e mais conhecido como Lula, nasceu dia 27 de outubro de 1945, na cidade de Caetés no estado de Pernambuco.

Em 1968, durante a ditadura militar, filiou-se ao Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Lula foi eleito, em 1969, para a diretoria do sindicato dos metalúrgicos da cidade, ainda continuando a exercer suas atividades de operário.

Em 1972, elegeu-se 1º secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ainda exercendo suas atividades de operário. Na época, foi criada, no sindicato, a Diretoria de Previdência Social e FGTS, que lhe foi atribuída. Ao ser eleito, ficou à disposição do sindicato, cessando suas atividades de operário. Foi eleito presidente do mesmo sindicato em 1975.

Ganhou atenção nacional ao liderar o protesto em 1977 da reposição aos salários de índice de inflação de 1973.

Reeleito em 1978, passou a liderar as negociações e as greves de metalúrgicos de sua base que passaram a acontecer em larga escala a partir de 1978 e que haviam cessado de ocorrer desde o endurecimento repressivo da ditadura militar nos anos interiores.

Em 1980, no curso de uma greve no interior de São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sofreu intervenção e Lula foi detido por trinta e um dias nas instalações do DOPS paulista.

Em 1980, Lula juntou-se a sindicalistas, intelectuais, representantes dos movimentos sociais e católicos militantes para formar o Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi o primeiro presidente.

Em 1981, a Justiça Militar o condenou a três anos e meio de detenção por incitação à desordem coletiva, tendo porém recorrido e sido absolvido no ano seguinte.

Em 1982, Lula participou das eleições para o governo de São Paulo e perdeu.

Em 1984, participou, ao lado de Ulisses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy, Tancredo Neves, entre outros, da campanha Diretas Já.

Em 1986, foi eleito deputado federal por São Paulo com a maior votação para a Câmara Federal até aquele momento.

Elegeu-se presidente da República na eleição de 2002 e foi reeleito em 2006.

Em 2017, foi condenado, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

7.18 MARCOS FREIRE

Marcos de Barros Freire nasceu em 05 de setembro do ano de 1931 na cidade de Recife. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Secretário de Assuntos Jurídicos e, mais tarde, de Abastecimento e Concessões da prefeitura do Recife até o golpe militar de 64. Em 1967, tornou-se professor titular da cátedra de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Foi eleito prefeito de Olinda em 68, mas renuncia ao cargo, mesmo sendo o preferido pela população, em protesto à instituição do AI-5.

Como membro do MDB e tendo sofrido várias repressões durante os governos prévios Marcos Freire é veementemente contrário à manutenção do regime e, principalmente, dos seus abusos. Principalmente por ser de uma ala mais à esquerda do partido, Freire é uma das grandes oposições ao governo.

7.19 PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO

Paulo Brossard de Souza Pinto nasceu em 23 de outubro de 1924, em Bagé, no Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1947 candidatou-se a deputado estadual no Rio Grande do Sul, mas não foi eleito.

Em outubro de 1950 sofreu nova derrota na eleição para a Assembleia Legislativa gaúcha, sempre concorrendo pelo PL. Em outubro de 1954, em nova tentativa, foi eleito deputado estadual, tendo feito sua campanha ao lado de Ildo Meneghetti, candidato vitorioso a governador da Frente Democrática, constituída pelo Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o próprio PL, em oposição ao trabalhismo e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na ocasião, Brossard foi um dos mais ferrenhos adversários de Leonel Brizola e João Goulart, os principais defensores do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Mesmo após o suicídio de Vargas, ocorrido pouco antes das eleições — em 24 de agosto de 1954 — e apesar da comoção popular que aquele gesto causou, a oposição gaúcha obteve vitórias significativas: além do governo do estado, as duas cadeiras em disputa no Senado. Em outubro de 1958 Brossard reelegeu-se deputado estadual, na legenda do PL, num pleito em que o candidato a governador lançado pelo PTB, Leonel Brizola, foi o grande vitorioso. Nas eleições presidenciais de outubro de 1960 apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, lançada por uma coligação de partidos liderada pela UDN e que incluía também o PL. No pleito de 1970, Brossard, de volta ao MDB, candidatou-se ao Senado, perdendo para Daniel Krieger e para Tarso Dutra, ambos eleitos senadores na legenda da Arena.

7.20 PAULO SALIM MALUF

Filho do imigrante libanês Salim Farah Maluf, e de Maria Estéfano Maluf, uma família de industriais que no início do século passado resolveram investir na América do Sul, no início fabricavam compensados e outros laminados prensados, quando fundaram a Eucatex. Ingressa na política no movimento estudantil da Universidade de São Paulo, onde durante o curso de engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo faz parte do Grêmio dos Estudantes da Faculdade.

Em 1964, tornou-se vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo. Resolve integrar-se na política, graças à amizade com o general Artur da Costa e Silva e sua mulher Iolanda Costa e Silva. Com a eleição do general que era o então chefe da chamada "linha dura"

do regime militar - para presidente pelo Congresso Nacional em 1967, Maluf foi indicado para a presidência da Caixa Econômica Federal em São Paulo nos anos de 1967 e 1968.

Com a saída da prefeitura, começou a articular para chegar ao governo de São Paulo. Maluf apostara na candidatura à Presidência do ministro do Exército, Sílvio Frota, da linha-dura.

7.21 RITA LEE

Rita Lee Jones nasceu em 31 de dezembro de 1947 e, durante os anos do governo militar foi vocalista da banda Os Mutantes, entre outras participações, que fez parte do movimento da Tropicália e fez várias músicas críticas à sociedade da época em suas diversas facetas.

Tendo algumas de suas músicas censuradas e, portanto, editadas para serem publicadas durante os anos de chumbo, Rita sempre defendeu fervorosamente a abertura política do governo de seu país. E, principalmente, com pleno posicionamento popular nas decisões e eleições que viriam a ocorrer.

Era contrária ao perdão que queria ser dado aos militares que haviam, comprovadamente, cometido crimes contra os direitos humanos, mas não demonstrou um posicionamento acerca dos civis que tomaram atitudes drásticas contra o governo em voga.

7.22 ROBERTO MARINHO

Roberto Pisani Marinho nasceu em 03 de dezembro de 1904 no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. Empresário e proprietário do Grupo Globo, Marinho esteve ao lado da ditadura durante a sua implantação e seu tempo de duração. Em seu jornal, inclusive, disse “salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais”.

Assim, Marinho está do lado dos setores militares da sociedade, mesmo sendo um civil, e corrobora com a manutenção do governo implantado em 1964. Crê nisso uma vez que vê como necessário o fim dos movimentos subversivos e comunistas que se elevavam na sociedade e, caso contrário, não seriam refreados e voltariam a se erguer.

7.23 SANDRA M. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Belém, no dia 30 de agosto de 1927. Durante a fase universitária participou ativamente do diretório acadêmico da faculdade e ligou-se à Ação Católica. Nessa época recebeu influência do pensamento político do estadista alemão Konrad Adenauer e de Alcide de Gasperi, teórico da democracia-cristã. Se elegeu, em outubro de 1954, vereadora no Distrito Federal, na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Na Câmara Municipal, foi autora de um substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases, apresentada pelo deputado federal Carlos Lacerda. Sua proposta defendia os interesses das escolas particulares. Foi indicada pelo presidente Jânio Quadros para chefiar a delegação do Brasil ao Congresso de Educação Primária, realizado em Genebra, na Suíça, onde apresentou tese sobre educação à distância.

Sandra Cavalcanti deixou a Assembléia Legislativa em 1962 e, de dezembro deste ano a outubro de 1964, ocupou a Secretaria de Serviços Sociais da Guanabara. Favorável ao movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente Goulart, foi

nomeada, em 17 de outubro deste ano, presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH), por indicação do presidente da República, general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Em novembro de 1974, elegeu-se deputada, na legenda da Arena, à Assembléia Constituinte da nova unidade da Federação.

7.24 ULYSSES GUIMARÃES

Ulysses Silveira Guimarães nasceu no interior de São Paulo em 6 de outubro de 1916. Seguiu carreira acadêmica até 1965, quando filiou-se ao MDB durante o bipartidarismo, foi vice presidente e depois presidente do partido.

Em 1973, lançou sua anticandidatura simbólica à Presidência da República como forma de repúdio ao regime militar, tendo como vice o jornalista e ex-governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho.

Ulysses participou de todas as campanhas pelo retorno da democracia brasileira, principalmente a luta pela anistia ampla e irrestrita. O movimento Diretas Já, por exemplo, contou com o apoio do até então deputado.

Com o fim do bipartidarismo em 1979, o MDB virou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual Ulysses seria presidente.

Em 1987, foi o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, responsável por estabelecer nova Constituição democrática para o Brasil depois de 21 anos de regime militar.

Foi presidente da Câmara dos Deputados em três momentos (1956-1957, 1985-1986 e 1987-1988) e teve um papel fundamental na escrita da Constituição de 1988.

Morreu em um acidente aéreo de helicóptero no sul do estado do Rio de Janeiro em 1992.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não deixem de procurar saber mais informações, não só sobre a representação, mas também acerca do contexto geral da época para que não falte argumentos aos Srs.(as) delegados(as) e para que o comitê tenha um bom andamento. O disponibilizado aqui é só o básico, para que tenham um rumo e um pequeno embasamento.

Atentem-se sempre ao posicionamento da sua representação, para que o façam corretamente.

Para aguçar a mente ficam aqui uns tópicos:

- A abertura da Democracia deve acontecer de que forma?
- Por que o melhor para o país seria a sua opinião?
- Como ter um consenso entre os lados? Isso existe?
- O que faria uma Ditadura melhor?
- Campanhas e protestos fazem a diferença? e punições?
- Até que ponto a mídia pode participar de tudo isso?

Deixamos claro que nós diretores estaremos sempre a disposição para ajudar e sanar qualquer dúvida dos Srs.(as) . Lembrem-se que na época que nos encontramos já existem livros, filmes, músicas, entre outros. Ter um embasamento desse tipo, mostrando-o para todo o comitê torna a discussão muito mais produtiva e seu argumento mais forte. Não se envergonhem em conversar conosco, estamos aqui para isso mesmo.

A questão necessita de um alto nível diplomático para que haja a viabilidade de uma resolução. Portanto, características como a persuasão, a liderança e a habilidade para dialogar serão definitivas para o bom andamento das sessões.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Edriano; MAGELA, Eduardo. **Coleção 6V – Volume 6: Linguagens e Ciências Humanas. História.** *Belo Horizonte: Editora DRP Ltda. Bernoulli Sistema de Ensino, 2018*
2. CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **“AI-1”**; *Infoescola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ditadura-militar/ai-1/>> *acesso em:* 15 de janeiro de 2019
3. SOUSA, Rainer Gonçalves. **“AI-2”**; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ai2.htm>> *acesso em:* 15 de janeiro de 2019
4. CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **“AI-5”**; *Infoescola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ditadura-militar/ai-5/>> *acesso em:* 15 de janeiro de 2019
5. CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **“Atos Institucionais”**; *Infoescola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ditadura-militar/atos-institucionais/>> *acesso em:* 15 de janeiro de 2019
6. CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **"Movimento Democrático Brasileiro"**; *Infoescola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/movimento-democratico-brasileiro-mdb/>> *acesso em:* 08 de maio de 2019
7. JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima. **"Movimento Democrático Brasileiro (MDB)"**; *FGV*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-democratico-brasileiro-mdb>> *acesso em:* 08 de maio de 2019
8. BORGES, Altamiro. **"A mídia e o golpe militar de 64"**; *Carta Maior*. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-midia-e-o-golpe-militar-de-64/4/16829>> *acesso em:* 08 de maio de 2019
9. WIKIPEDIA. **"Eleições gerais no Brasil em 1970"**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_gerais_no_Brasil_em_1970> *acesso em:* 08 de maio de 2019
10. WIKIPEDIA. **"Márcio Moreira Alves"**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rcio_Moreira_Alves> *acesso em:* 08 de maio de 2019
11. -WIKIPEDIA. **"Movimento Democrático Brasileiro (1966)"**; *WikiPedia*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democr%C3%A1tico_Brasileiro_\(1966\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democr%C3%A1tico_Brasileiro_(1966))> *acesso em:* 08 de maio de 2019
12. SILVA, Daniel Neves. **"O que foi o AI-5?"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-ai-5.htm>> *acesso em:* 06 de março de 2019.
13. CERIONI, C. MACHADO, A.; **"50 anos do AI-5: o que foi o ato e suas consequências para o Brasil"**; *Exame*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/50-anos-do-ai-5-o-que-foi-o-ato-e-suas-consequencias-para-o-brasil/>> *acesso em* 06 de março de 2019
14. BERNARDES, Luana; **"Ato Institucional Número 5"**; *Todo Estudo*. Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/historia/ato-institucional-no5-ai-5>> *acesso em* 06 de março de 2019
15. WIKIPEDIA. **"Ato Institucional Número Cinco"**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_N%C3%BAmero_Cinco#Signat%C3%A1rios> *acesso em:* 06 de março de 2019
16. MELLO, João. **"O contexto e as consequências do AI-5"**; *Jornal GGN*. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/ditadura/o-contexto-e-as-consequencias-do-ai-5/>> *acesso em:* 19 de março de 2019
17. PETRIN, Natália. **"Ato Institucional 5 (AI-5)"**; <<https://www.estudopratico.com.br/ato-institucional-5-ai-5/>>, *acesso em* 06 de março de 2019

18. ESTUDO PRÁTICO. “**Ato Institucional 5 (AI-5)**”. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> *acesso em:* 06 de março de 2019;
19. CAPRICHOS. “**Playlist: Músicas censuradas durante a Ditadura Militar**”. Disponível em:
<<https://capricho.abril.com.br/vida-real/playlist-musicas-censuradas-durante-a-ditadura-militar/>>
acesso em: 06 de março de 2019;
20. PITAYA CULTURAL. “**13 músicas censuradas pela ditadura**”. Disponível em: <
<http://pitayacultural.com.br/musica/13-musicas-censuradas-pela-ditadura-militar>>, *acesso em:*
06 de março 2019;
21. HISTÓRIA DIGITAL. “**10 músicas de protesto à Ditadura Militar.**”. Disponível em: <
<https://historiadigital.org/musicas/10-musicas-de-protesto-a-ditadura-militar/>>, *acesso em:* 06 de
março de 2019;
22. BLOG DO UNASP. “**9 músicas para entender a ditadura militar no Brasil**”. Disponível em:
< <https://www.unasp.br/blog/9-musicas-para-entender-ditadura-militar/>>, *acesso em:* 06 de
março de 2019;
23. FGV CPDOC. “**Humberto de Alencar Castelo Branco**”. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>, *acesso em:* 06 de março de 2019;
24. FGV CPDOC. “**Artur da Costa e Silva**”. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>>, *acesso em:* 11 de março de 2019;
25. FGV CPDOC. “**Emílio Garrastazu Médici**”. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>>, *acesso em:* 29 de março de 2019;

